



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção*

HABEAS CORPUS Nº 0003048-31.2014.8.17.0000 (331285-2)  
IMPETRANTE : JOVANIR MENDONÇA DE GOUVEIA  
PACIENTE : ELMER RODRIGUES MENEZES  
RELATOR : DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS  
CONVOCADO  
COMARCA : CAPITAL – 7ª VARA CRIMINAL  
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
PROCURADORA : CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA

HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO (DUAS VEZES). REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. DESCABIMENTO. PACIENTE REINCIDENTE. NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. ATRASO DENTRO DOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA DO MAGISTRADO PROCESSANTE NA CONDUÇÃO DO FEITO. INSTRUÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA. DATA PRÓXIMA JÁ DESIGNADA PARA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Paciente que, além de reincidente, já foi beneficiado com a liberdade provisória em outros processos e, pouco tempo depois, foi flagrado delinquindo.

II – Hipótese em que o atraso da instrução processual, além de razoável, não é proveniente da desídia do magistrado processante. Muito pelo contrário, o feito vem tramitando regularmente e parte da instrução criminal já foi realizada, tendo sido designada data próxima para a conclusão da instrução, qual seja, 11/06/2014.

III – Ordem denegada. Decisão unânime.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus** nº 0003048-31.2014.8.17.0000 (331285-2), no qual figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem** nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 27 de Maio de 2014

Des. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS  
Relator Convocado



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

---

HABEAS CORPUS Nº 0003048-31.2014.8.17.0000 (331285-2)  
IMPETRANTE : JOVANIR MENDONÇA DE GOUVEIA  
PACIENTE : ELMER RODRIGUES MENEZES  
RELATOR : DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS  
CONVOCADADO  
COMARCA : CAPITAL – 7ª VARA CRIMINAL  
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
JULGADOR  
PROCURADORA : CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA

---

**RELATÓRIO:**

Cuida-se de *Habeas Corpus Liberatório*, com pedido liminar, impetrado pelo advogado JOVANIR MENDONÇA DE GOUVEIA em favor de **ELMER RODRIGUES MENEZES**, qualificado às fls. 02 dos autos, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 7ª Vara Criminal da Comarca da Capital.

O impetrante relata que o paciente foi preso em flagrante no dia 30/09/2013 por infração ao art. 155, §4º, I e IV, "*em concurso material com outro delito da mesma espécie*". Em 06/10/2013 a prisão foi convertida em preventiva.

Sustenta que o paciente está sofrendo constrangimento por excesso de prazo, pois segregado há mais de 05 meses, sem que a instrução criminal tenha sido concluída.

Argumenta, ainda, ser inidônea a fundamentação utilizada pelo magistrado para decretar e manter a prisão preventiva do paciente, esclarecendo que ele não pode ser considerado reincidente.

A inicial veio acompanhada dos documentos às fls. 05/15.

O pedido liminar foi indeferido em decisão interlocutória às fls. 22/23.

1



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

---

A autoridade indicada coatora prestou informações às fls. 31/32, relatando o trâmite processual.

A Procuradoria de Justiça, pela Procuradora Cristiane Maria Caitano da Silva, ofertou parecer às fls. 40/42, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 27 de Maio de 2019

**Des. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS**  
**Relator Convocado**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

---

HABEAS CORPUS Nº 0003048-31.2014.8.17.0000 (331285-2)  
IMPETRANTE : JOVANIR MENDONÇA DE GOUVEIA  
PACIENTE : ELMER RODRIGUES MENEZES  
RELATOR : DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS  
CONVOCADO  
COMARCA : CAPITAL – 7ª VARA CRIMINAL  
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
JULGADOR  
PROCURADORA : CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA

---

**VOTO:**

Como visto, trata-se de pedido de Habeas Corpus Liberatório formulado em favor de **ELMER RODRIGUES MENEZES**, relativamente ao processo nº 81269-59.2013.8.17.0001, a que responde na 7ª Vara Criminal da Capital, pela prática de dois crimes de furto qualificado em concurso material.

O impetrante sustenta em síntese: **1)** excesso de prazo na formação da culpa; e, **2)** descabimento da prisão preventiva, pela inidoneidade da fundamentação apresentada pelo julgador e por não poder ser considerado reincidente.

Examino:

O paciente teve a prisão preventiva decretada para garantia da ordem pública. A fundamentação apresentada pelo julgador foi a seguinte:

*"O crime praticado pelos autuados tem pena máxima aplicável superior a 04 (quatro) anos. **Ambos são reincidentes em crime doloso (12 e 14). Suas condutas revelam destemor e audácia, pondo em risco à segurança e ordem públicas.** (...) As medidas cautelares se revelam insuficientes e inadequadas neste momento. Posto isso, converto em prisão preventiva a prisão em flagrante (...)"*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

Ao examinar pedido defensivo de revogação do decreto prisional, o juiz a quo acrescentou que:

*"[...] os acusados foram beneficiados com liberdade provisória em outros processos, ambos em 20.03.2013 e, seis meses após, foram novamente presos em flagrante, o que demonstra suas renitências no cometimento de condutas contra a ordem pública, presente, pois, o fumus comissi delicti e periculum libertatis".*

Pois bem. No caso concreto, os autos revelam que o paciente é sim reincidente, pois foi condenado em 15/03/2014, por sentença transitada em julgado em 19/03/2014, por crime da mesma natureza, nos autos do processo nº 41279-95.2012.8.17.0001 (fls. 44).

Nesse sentido, já foi julgado outro habeas corpus do paciente relativo à ação penal diversa:

"EMENTA: Direito Constitucional, Penal e Processual Penal. Habeas Corpus. Paciente denunciado como incurso nas penas do art. 155, § 4º, III e IV do Código Penal. Conversão da prisão em flagrante em preventiva. Pedido de revogação do decreto preventivo com a aplicação de alguma medida do art. 319 do Código de Processo Penal. Ordem conhecida e denegada. Decisão unânime.

1) **Necessidade de manutenção da prisão preventiva para se garantir a ordem pública, haja vista que o paciente praticou crime de furto qualificado com uso de chave falsa e em concurso de agentes. Além disso, nota-se que sequer o mesmo é primário, pois teve condenação anterior por mesma modalidade criminosa, não transcorrendo um prazo maior de 05 (cinco) anos entre a extinção da pena e o cometimento do delito em questão.**

2) Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do habeas corpus de nº 288264-4, em que figuram como partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia 28/11/2012, por unanimidade, em denegar a ordem, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 28 de 11 de 2012.

Des. Antonio Carlos Alves da Silva  
Relator"



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

Além disso, o fato do paciente já ter sido beneficiado com a liberdade provisória em outros processos e, logo depois, ter sido flagrado delinquindo, sem dúvida, reforça a periculosidade do agente, demandando a manutenção de sua custódia cautelar para garantia da ordem pública.

Entendo, pois, que a prisão preventiva do paciente está devidamente fundamentada e motivada.

Noutra vertente, não vislumbro constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa.

A uma porque o feito vem tramitando regularmente, sem que possa ser atribuída desídia ao magistrado processante na condução do processo.

A duas porque parte da instrução do processo já foi realizada em 07/05/2014, tendo sido designada data próxima para conclusão da fase instrutória, qual seja, 11/06/2014 (fls. 47/50).

A três porque o atraso da instrução criminal não ultrapassa os parâmetros da razoabilidade.

Isso posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação a ordem**. É como voto.

Recife, 27 de Maio de 2014

**Des. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS**  
**Relator Convocado**